

# Sarney quer ressuscitar *Centrão* para 2º turno

## Fiuza revela que Presidente acha que só assim será possível barrar os erros da Constituinte

JULIO ALCANTARA



Passarinho vai a Ulysses: conversa boa, uma vez que nenhum é tucano

Numa conversa que durou cerca de 40 minutos, o presidente José Sarney repletu ontem ao deputado Ricardo Fiúza as suas preocupações com a irresponsabilidade de parte do plenário da Constituinte, que aprovou um texto capaz de tornar o País ingovernável a partir da promulgação da nova Carta. Depois, apelou para que haja um esforço especial no sentido de ressuscitar o Centrão a fim de barrar no segundo turno de votações os artigos e medidas que não se encaixam na visão do Governo. O Presidente voltará a conversar, segunda-feira, com um grupo de 15 líderes partidários, que já selecionou, sobre este assunto.

A conversa serviu para uma troca de preocupações e avaliação da correlação de forças. Não faltaram sequer observações sobre a

postura do Governo, que no primeiro turno deixou de lado os demais assuntos para centrar sua ação na aprovação dos cinco anos de mandato e no sistema presidencialista. E isso, sabendo que as eleições municipais esvaziariam o plenário e transformariam as votações no segundo turno num campo de batalha entre a esquerda e o centro.

Ficou também a impressão de que o PMDB mudou de postura nos últimos dias, abandonando a fase onde admitia um amplo acordo sobre os pontos mais vulneráveis para a quase intransigência. Isso porque teria sofrido patrulhamento, na visão de Ricardo Fiúza. Ele, contudo, ainda não desanimou da possibilidade de rearticular o Centrão, já que sempre achou que isso seria possível na medida do interesse do Governo.

O presidente José Sarney analisou junto com Ricardo Fiúza os pontos de interesse do Governo e do Centrão, concluindo que eles coincidem de um modo geral. Apenas, o do grupo vai mais além. Depois, decidiu aceitar a sugestão de que tente uma ampla negociação com todos os partidos, a fim de barrar as medidas que inviabilizam a administração pública.

Por outro lado, a rearticulação do Centrão passou a ser defendida por constituintes como o deputado José Lourenço, que há cerca de 15 dias assegurava que o movimento tinha morrido, só faltava sepultar. Ontem ele ligou para Ricardo Fiúza, convidando-o para uma rodada de negociações em torno do segundo turno mas que passa, necessariamente, pela mobilização dos centristas, que ganhariam vida outra vez.

# Lourenço propõe até dissolver Assembléia

A dissolução da Assembléia Nacional Constituinte foi defendida ontem pelo líder do PFL, deputado José Lourenço, que revelou ter levado essa sugestão ao presidente José Sarney, na reunião do Conselho Político. Ele acha que não está propondo nenhum absurdo, já que isso aconteceu no passado e, depois, porque "esses constituintes não mereciam sequer cruzar a porta desta casa". Assim, porém, que não toma nenhuma postura nova, mas apenas se mostra revoltado com a perspectiva de inviabilizar o País com a promulgação da nova Carta. O PFL poderia até, numa solução extrema, na próxima semana não aprovar em bloco o texto do relator, ressalvados os destaques.

Lourenço voltou, ontem, sua metralhadora contra o presidente Ulysses Guimarães que, na sua visão, quer permitir que as votações do segundo turno sirvam aos interesses políticos e de plataforma da campanha eleitoral: "Ele gostou do populareço, pensando que isso o levará à Presidência da República e adotou a postura do palanque". O deputado disse que está desestimulado também com a intransigência do líder do PMDB, Nelson Jobim, que tem mostrado vontade de consagrar as irresponsabilidades.

Todavia, procurou minimizar a omissão do Governo diante dos trabalhos da Constituinte, achando que se todos sabem da perspectiva de baixo quorum e das eleições municipais, não podia deixar de lembrar que às vezes em que tentou interferir foi duramente criticado pelo plenário. Não comentou sequer o fato do Palácio do Planalto ter centralizado seu alvo na aprovação dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney e na manutenção do sistema presidencialista. O líder apenas assinalou que "quando o Presidente viu que jogavam o País no caos, reagiu".

Sem esconder sua irritação com o presidente Ulysses Guimarães, o deputado José Lourenço acrescentou que se ele disse que o texto produzido é do PMDB (afirmação feita ao receber o parecer do relator sobre as emendas de segundo turno) então, "passamos todo o tempo aqui de coadjuvantes, chamados vez por outra para encher o salão. Pois cansamos e estamos

com vontade de virar estrela".

O estrelato viria com o grito de guerra. Afinal, o líder pefelista prevê reações severas quando o povo constatar que terá de pagar mais imposto de renda e arcar com uma contribuição, pelo menos, em dobro da que faz atualmente para o INPS. E vai gritar conosco, previu, pois alguma coisa tem que acontecer.

Reconheceu, porém, que deixou de votar em bloco o texto aprovado em primeiro turno na próxima semana e a solução extrema mas debaterá o assunto com a bancada em contato marcado para o restante da semana. Ele disse que passou a falar alto no momento em que percebeu que o deputado Nelson Jobim mudou de postura sobre as negociações, possivelmente, na sua opinião, por pressões da esquerda. Afinal, lembrou, é da autoria dele a emenda contra as terras produtivas, "que já derrotamos quatro vezes no plenário".

Nos esperávamos um grande acordo, para acabar com a irresponsabilidade. E o PMDB vem com vontade de consagrar tudo que está aí — prosseguiu, acusando o ministro da Previdência, Renato Archer, de ter assegurado na televisão que a Previdência tinha como bancar todas as medidas aumentadas e ampliando os beneficiários. Agora, anunciou, vou cobrar isso por escrito. Lourenço disse que o ministro obedece ao presidente Ulysses e não ao presidente Sarney, podendo, deste modo, reafirmar algo que todos os segmentos responsáveis sabem ser inviável.

Só o Finsocial vai perder dois bilhões de dólares. E como vão comprar a merenda das crianças? Que esses canchais respondam, aconselhou ainda o líder do PFL, que já procurou outros líderes para ver se consegue um acordo visando a alterar os pontos fundamentais. Isso, contudo, será mais fácil a partir de hoje, quando espera ter em mãos os dados referentes ao aumento das despesas gerado, sem as respectivas fontes de custeio, por cada um dos artigos objetos de preocupação.

Lembrou que só a Siderbrás terá que gerar mais 22 mil empregos com o turno de seis horas: "Isso é emprego mesmo, não trabalho", disse José Lourenço, "pois não aumenta a produção, só o preço do produ-

to final para repassar ao povo". Ele garantiu que tentou, mas sem êxito, sensibilizar o PMDB para tais problemas. E revelou que testemunhou ministros de Estado e presidentes de estados falarem sobre problemas do mesmo porte com o deputado Ulysses Guimarães sem nenhum sucesso.

O turno de seis horas, na sua opinião, é uma demonstração de irresponsabilidade da Constituinte: "Querem estimular a malandragem e o ócio só porque uma de idiotas acham isso". O voto aos 16 anos com a imputabilidade dos jovens nessa idade é outra "besteira", o que o levou a concluir que prevaleceu o sentimento de tentar acabar com o País.

Com a proximidade das eleições, o líder está seguro de que a situação deve se agravar, com o PMDB assumindo nas votações uma postura eleitoral. E, por essa razão, acha que o segundo turno deveria ficar para depois de 15 de novembro, caso o que chama de pessoas responsáveis não se sentem para conversar e acertar formas de dar ao País uma Constituição com perspectivas para o País.

### DRÁSTICA

O deputado José Lins (PFL-CE) confirmou também que uma expressiva parcela do PFL ligada ao Centrão começou ontem a examinar a possibilidade de adotar uma solução mais drástica, como a de não dar votos para a aprovação do texto global no segundo turno, achando que isso apenas daria mais problemas para conquistar depois as alterações que defendem.

Segundo o deputado, essa mudança de postura chegou com a constatação de que os acordos não devem prosperar porque acabou o clima de abertura do PMDB para tirar os pontos de estrangulamento. Embora o Centrão tenha providenciado o cerco a esses pontos, está seguro de que não chegará a uma boa negociação. Isso se prova pelas declarações dos líderes do PMDB, pelo parecer do relator e até nas soluções dadas a alguns temas, como o voto aos 16 anos. O deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE) tem postura idêntica a de Lins, defendendo que não deseja levar o PFL a votar com a irresponsabilidade.

# Ulysses reúne a cúpula para evitar o racha

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, reúne-se hoje, em jantar, com todos os governadores e ministros que integram a cúpula do partido para tentar uma solução à crise provocada pela disposição dos históricos em disputar a convenção contra os conservadores. Da cúpula, apenas dois governadores defendem a disputa — Waldir Pires, da Bahia, e Max Mauro, do Espírito Santo — enquanto os demais exigem uma maior participação dos históricos no diretório e executiva nacional.

Formalmente, o deputado Ulysses Guimarães não tem proposta a apresentar, a não ser o apelo para que seja evitada a disputa. Ontem ele conversou com o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, que deixou o seu gabinete convencido de que não haverá o bate-chapa. Esta é a tônica das conversas que Ulysses vem mantendo diariamente com os governadores e representantes das duas correntes. Ele acredita que o partido deve optar pela proporcionalidade das forças a seguir o critério de representação estadual na composição da Executiva. O que na prática representa a hegemonia dos históricos no comando, inaceitável para os conservadores.

Mas o governador de Minas insistiu ontem em ser otimista: "Total conciliação, teremos uma chapa de conciliação", disse ele, acrescentando que os integrantes dessa chapa deverão ser identificados não com o antigo PMDB mas com o antigo MDB. O governador, na verdade, não

se mostra muito interessado em nomes — admite representantes do Centrão, "mas em minoria", e aceita a tese de Ulysses, de compor a executiva somente com progressistas.

O governador de Minas está muito mais interessado em manter o partido unido e evitar divisões. Por um único motivo: as eleições. Ele também vai se unir a Ulysses no sentido de apelar para Waldir Pires que desista da ideia do bate-chapa "que deixa sequeias e afinal, o PMDB sempre foi um partido de moderados e progressistas e sempre compôs e vamos compor dessa vez". Despreza totalmente a existência de um grupo no PMDB que deseja o confronto e ameaça: "quero ver o rosto de quem quer a disputa". Sobre os vetos feitos pelo líder no Senado, Ronan Tito, a nomes como de Roberto Cardoso Alves e Milton Reis, na direção do partido, o governador afirmou que o senador é "um dos membros" da bancada e é preciso ouvir toda a bancada.

O governador de Minas não foi claro e apesar de dizer que não se opõe, deixou a entender que não aceitaria ver Hélio Duque na Secretaria Geral do Partido, hoje em poder dos mineiros (Milton Reis ocupa o cargo). "A bancada tem o desejo de ter o cargo", disse lembrando nomes como Raul Belém, Aécio Neves ou Gil Cesar. Para o 1º e 2º vice-presidentes os nomes considerados certos são os deputados Francisco Pinto (BA) e Egídio Ferreira Lima (PE).

# Passarinho é chamado para apressar voto

"Sou passarinho e o presidente Ulysses Guimarães não é tucano, portanto, temos uma convivência muito pacífica". A frase é do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que ontem à tarde manteve uma longa conversa com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Muito animado, Passarinho disse que, apesar de longo, o diálogo teve como objetivo central a agilização do processo de votação para o segundo turno. "O presidente me ligou e muito elegantemente me pediu uma audiência, dizendo que viria pessoalmente ao meu gabinete. Retribuí a gentileza e disse a ele que eu é que viria encontrá-lo", contou o senador.

Jarbas Passarinho disse que Ulysses está muito preocupado em promulgar o mais rápido possível a Constituição. "Por isso, trocamos informações sobre como serão as votações simbólicas, e como se darão as reuniões de emendas para as matérias afins". Passarinho garantiu que não tocará uma só palavra com relação ao adiamento das votações do segundo turno, propostas pelo líder do PFL, José Lourenço (BA).

# Governadores armam mudanças

Porto Alegre — Os governadores Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, e Alvaro Dias, do Paraná, passaram a manhã de ontem debatendo uma estratégia conjunta para a próxima convenção do PMDB, em agosto. Eles pretendem que o partido sala fortalecido para vencer as três eleições dos próximos anos: as municipais, em novembro, a presidencial, em 1989 e a de governadores e deputados em 1990. Por isso, ambos defendem uma chapa de entendimento e a criação de um novo programa que chamaram de "modernizador".

Embora dizendo-se adepto da renovação, o governador Alvaro Dias não descartou a possibilidade da continuação de Ulysses Guimarães na presidência do partido. Até mesmo como uma força aglutinadora. No entanto, defendeu uma política de descentralização da executiva nacional com a criação de vice-presidências regionais para não sobrecarregar a presidência:

— Talvez o doutor Ulysses seja o nome mais indicado no momento. E não podemos dizer que ele seja um conservador; é um modernista da história. Estou convencido que um partido até pode ter uma fisionomia moderna com Ulysses na Presidência. No entanto, o seu nome não é o fundamental. Existem muitos nomes no PMDB e não podemos inibir a ocupação de espaço por parte de novas lideranças.

Alvaro Dias defendeu ontem, em Porto Alegre, uma composição heterogênea para a formação do diretório do PMDB, na convenção do partido em agosto próximo. "É possível compor um diretório com uma fisionomia moderna, pois mais importantes do que nomes, é a prática partidária".

Alvaro Dias não acredita que o partido vá para a convenção dividido, afirmando que é preciso, sem rescre-

ver o seu programa, pois a sociedade brasileira já não é a mesma e o PMDB está com o seu discurso superado desde 1984. O governador considera que Ulysses Guimarães não é um empecilho à modernização do partido, pois, na sua avaliação, Ulysses ainda é a força aglutinadora do PMDB.

Alvaro Dias voltou a afirmar que não vetou o nome do governador Miguel Arraes, de Pernambuco, para o cargo de secretário-geral do partido, mas sim esclareceu que Arraes não renunciaria ao cargo de governador, já que a legislação não permite o acúmulo de ambos.

A desconcentração do poder dentro do PMDB foi outra tese defendida por Dias, propondo a criação de secretarias regionais e vice-presidências, para evitar sobrecarga, como vem ocorrendo, com o calendário eleitoral marcando três eleições seguidas (municipais, presidencial e governadores e legislativo). Caso o PMDB não promova a sua modernização, Alvaro Dias acredita que o partido poderá promover o seu próprio enfraquecimento, o que seria fatal para alcançar a Presidência da República, como almeja o PMDB. "O PMDB sempre administrou muito bem a sua heterogeneidade e deve ter o bom-senso de levar o entendimento a todas as facções existentes hoje dentro do partido", disse o governador.

A resistência do governador da Bahia, Waldir Pires, em se fazer alianças internas com o setor mais conservador do partido, também foi descartada por Alvaro Dias, Waldir Pires fez alianças para chegar ao Governo da Bahia e acredita que ele concordará com uma composição dentro do PMDB. O partido não é um sol. Há quem não se alicie nem à esquerda e nem ao centro. Precisamos aceitar as diferenças regionais, buscando as lideranças nos vários estados.

# Reforma agrária é o primeiro destaque

CATARINA GUERRA Da Editoria de Política

O PMDB, PSDB, PT, PCB e PDT, nesta ordem, terão preferência na votação de destaques com a mesma abrangência sobre o mesmo dispositivo. As lideranças destes partidos tiveram o cuidado de guardar com antecedência de mais de 24 horas seu lugar na fila de apresentação de destaques e, na hora da votação, vale a ordem de protocolo. O primeiro destaque apresentado foi do líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, para retirar a proibição de que terras produtivas sejam desapropriadas na reforma agrária. Para conseguir a frente da fila, a liderança do PMDB deixou um funcionário de plantão na porta do protocolo por 30 horas.

### DESTAQUES

Depois do atendimento da fila inicial, pela manhã, o movimento na sala de recebimento de destaques foi tranquilo durante todo o resto do dia. As 18 horas, quando encerrou-se a entrega, tinham sido apresentados 1 mil 191 destaques. Hoje, último dia do prazo, o protocolo ficará aberto até a meia-noite.

### JUROS

O segundo destaque apresentado, do deputado Paulo Macarini (PMDB-SC), refere-se ao tabelamento da taxa de juros. Macarini propõe a redução do índice máximo de 12 por cento para o capítulo das Disposições Transitórias até que seja votada lei complementar regulamentando este índice. Sobre o mesmo assunto há uma outra emenda, do deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), que simplesmente suprime os 12 por cento do corpo da Constituição. Em-

bora o destaque da emenda de Ponte tenha sido apresentado depois do destaque de Macarini, a proposta de Ponte será votada antes porque é mais abrangente.

Outro destaque apresentado pela liderança do PMDB, assinado pelo senador Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL), propõe o restabelecimento da redação original do dispositivo sobre direito de greve nas atividades essenciais. Vilela acredita que Cabral, ao reescrever o parágrafo, alterou seu conteúdo. Para solucionar a distorção, o senador apresentou uma emenda de erro que pode, inclusive, ter votado simbólica. O PSDB também apresentou várias emendas de erro, para reformar a redação do primeiro turno sobre mandato de segurança coletivo, prescrição dos direitos trabalhistas e direito de greve. O maior número de destaques do PSDB é sobre direitos dos trabalhadores e reforma agrária.

O PT apresentou ontem todos os 64 destaques que tinha direito. Entre eles estão destaques supressivos da igualdade entre direito de propriedade e direito à vida, da proibição de desapropriar terras produtivas para a reforma agrária, da responsabilidade das Forças Armadas na manutenção da lei e da ordem e da anistia tributária.

O PT também pretende conquistar a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, através da supressão das palavras "e quatro" da expressão "quarenta e quatro" aprovadas no primeiro turno. Outros destaques do PT são de erro, para restabelecer o texto original de diversos dispositivos, como direito de greve, Jornada de seis horas em turnos de revezamento, licença paternidade de 8 dias e licença maternidade de 120 dias.

# Archer: Previdência não quebra

O ministro da Previdência Social, Renato Archer, enviou, esta semana, um documento a todos os líderes de partidos políticos na Constituinte, explicando o que a Previdência pensa sobre as decisões aprovadas no capítulo da seguridade da nova Constituição brasileira. Segundo ele, instalou-se na Constituinte um clima de apreensão partindo do princípio de que as medidas aprovadas seriam catastróficas para a Previdência.

Archer assegurou que isso não tem fundamento. Para ele, a "Previdência não vai quebrar com os novos benefícios que os aposentados vão ter após a promulgação da Constituição". Ele explica que depois da promulgação, a Previdência terá seis meses para apresentar um plano de benefício e custeio ao Congresso Nacional. O Con-

gresso, por sua vez, terá mais seis meses para aprovar o plano e a Previdência ainda mais 18 meses para colocá-lo em prática.

"Até 1990, nenhuma medida aprovada pela Constituinte, relativa à Previdência, estará em vigor; a exceção do novo cálculo do valor das aposentadorias", garantiu Archer. Ele explicou que esse novo cálculo o levará em conta a média das últimas 12 contribuições do previdenciário para cálculo do valor de sua aposentadoria e não a média das 36 contribuições, como vem sendo feito. A medida vai beneficiar o aposentado, que terá seus proventos com valores mais atualizados.

Archer disse que duas novas emendas, relativas ao capítulo de seguridade social, foram enviadas e receberão parecer favorável do relator da Constituinte.

Bernardo Cabral. A primeira, do senador Almir Gabriel (PMDB-PA), acaba com a aposentadoria por tempo de serviço e estabelece aposentadoria por idade ou invalidez. A outra, do deputado José Vasconcelos (PMDB-PE), assegura que terão direito a aposentadoria somente trabalhadores que tenham contribuído com a Previdência. Archer entende que essas duas emendas são positivas e estão em consonância com os interesses da Previdência.

Archer explicou que o aumento de gastos da Previdência, com as medidas aprovadas pelos Constituintes, será compensado com as novas receitas que aquele Ministério terá. Dentre elas, recursos do Finsocial e impostos sobre lucro e faturamento das empresas.

ANÚNCIO

FONADO

223-2323